



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**Referente: Concorrência Pública 007/2023**

Acato as considerações da manifestação da Comissão, no sentido de indeferir a impugnação apresentada pela empresa **N.M.B. Construção Civil LTDA.**

Campo Bom, 25 de agosto de 2023.

**Luciano Libório Baptista Orsi**  
Prefeito Municipal



## **MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

### **MANIFESTAÇÃO SOBRE IMPUGNAÇÃO**

**Concorrência Pública nº 007/2023**

**Contratação de empresa especializada com responsabilidade técnica, material e mão de obra, para execução da obra da Rua Coberta**

#### **1 - OBJETO**

Trata-se de impugnação ao edital de licitação referente à concorrência pública nº 007/2023, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada com responsabilidade técnica, material e mão de obra, para execução da obra da Rua Coberta. O impugnante é a N.M.B. Construção Civil LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.406.334/0001-70, com sede na Rua Romeu Paiva nº 156, Bela Vista – Erechim/RS, CEP 99.704-040.

#### **2 - MANIFESTAÇÃO**

Esta manifestação irá subdividir-se de acordo com os tópicos elencados na impugnação para melhor organização e compreensão dos pontos elencados.

#### **3 - DO MÉRITO**

##### **a. Da suposta exigência cumulativa de índices ou capital social com garantia contratual**

A impugnante aduz que o edital faz exigências em excesso, pois requer que as licitantes apresentem patrimônio social mínimo e também apresentem garantia de fiel cumprimento do contrato. A impugnante refere a súmula 275 do TCU e alguns julgados deste órgão colegiado para fundamentar seu pleito.

No item 7.1.3 b do edital em análise constam os requisitos mínimos que as licitantes devem cumprir para que sejam consideradas aptas, em relação à sua situação econômico – financeira, para participarem do certame. Neste item, a alínea b.2 requer que os participantes comprovem que dispõem de patrimônio social mínimo de valor igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação.



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Não há, no que tange à qualificação econômico – financeira, nenhum outro requisito referente à prestação de garantia de fiel cumprimento do contrato. Neste sentido, o edital, em que pese não ser necessário, segue estritamente o disposto na súmula 275 do Tribunal de Contas da União, pois esta é clara em referir que “Para fins de qualificação econômico – financeira, a administração pode ...”

Ora, para fins de qualificação econômico – financeira das licitantes, o edital simplesmente exige que estas tenham patrimônio social igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação. Não requer, para fins de habilitação, a apresentação de nenhuma garantia de adimplemento do contrato, em conformidade com às decisões do TCU.

A garantia a que refere o item 12 do edital impugnado trata-se de garantia de adimplemento do contrato, porém esta não é exigida na fase de habilitação dos concorrentes, uma vez que a peça editalícia é clara ao referir que *“a licitante vencedora da licitação deverá,”* ou seja, a apresentação de garantia de adimplemento do contrato não é requisito para qualificação econômico – financeira, e sim de garantia do adimplemento do contrato, duas fases completamente distintas do processo licitatório.

Dito de outro modo, na fase de habilitação somente é exigido dos licitantes a comprovação de patrimônio social mínimo. Quando for determinada a proposta vencedora do certame, somente o licitante vencedor deverá apresentar garantia de adimplemento do contrato, de forma que não há que se falar em dupla exigência de garantias para fins de habilitação dos licitantes, como quer fazer crer a impugnante.

Com relação a caução exigida, esta se mostra em conformidade com o usualmente exigido em licitações deste porte e que envolvem o dispêndio de altos valores por parte do poder público. Também, cabe ressaltar que a caução é somente uma das três modalidades de garantia que o licitante vencedor pode oferecer, de forma a garantir a segurança na execução do contrato e também não impor ônus excessivamente oneroso ao vencedor do certame.

Assinado por 1 pessoa: LUCIANO LIBORIO BAPTISTA ORSI  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://campobom.1doc.com.br/verificacao/8A48-AFA6-E2F2-D2A1>





**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

**b. Da suposta ausência de justificativa para a escolha dos índices para fins de habilitação econômico – financeira dos licitantes**

Também se insurge a impugnante em face das exigências econômico-financeiras requeridas dos participantes, alegando que o índice máximo de endividamento, na forma como posta, mostra-se demasiado restritivo, não encontrando respaldo nos autos do processo licitatório, afrontando inclusive a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o tema.

Neste ponto, importante trazer a cláusula editalícia ora em apreço, que segue:

7.1.3. Documentação Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

a) Deverá apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, o Balanço Patrimonial deverá estar transcrito no Livro Diário e esse registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário; é vedada a apresentação de balanços provisórios ou balancetes; quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, os balanços poderão ser atualizados, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DE MERCADO - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou de outro indicador que o venha substituir;

b) A verificação da situação financeira será avaliada por uma das seguintes formas:

b.1) Pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), resultante das seguintes fórmulas:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC / PC)$$

$$ET = (PC + ELP) / (AT)$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total

RLP = Realizável a Longo Prazo





## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*PC = Passivo Circulante*

*ELP = Exigível a Longo Prazo*

*Os valores mínimos para tais indicadores são:*

*LG > ou = 1,00 (um inteiro)*

*LC > ou = 1,00 (um inteiro)*

*ET < ou = 0,50 (zero vírgula cinquenta)*

No ponto, os índices econômicos indicados na Lei 8.666/93, notadamente no artigo 31, §§ 1º e 5º, destinam-se exclusivamente à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato que se busca firmar. Deste modo, a exigência dos índices neste contexto se dá para melhor avaliar a capacidade econômico-financeira da empresa em executar satisfatoriamente os serviços que se busca contratar através da realização da licitação ora em apreço, bem como eventuais incidentes durante a execução da contrato, como, por exemplo, um tempo maior de espera para o ingresso dos recursos necessários para a execução dos serviços contratados, quer seja por falta de documentos comprobatórios a liberação dos pagamentos ou eventuais atrasos dos mesmos.

Neste sentido, a lei nº 8.666/93 fixa as regras gerais atinentes a comprovação de capacidade econômico-financeira dos participantes de processo licitatório, como se depreende do excerto que segue:

*Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:*

*(...)*

*§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade.*

*(...)*

*Q*

*[Handwritten signature]*



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

*§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.*

Neste sentido, conforme o parecer do setor contábil deste ente municipal, que segue em anexo ao presente parecer e cujas razões consideram-se integradas nestes, no Município de Campo Bom/RS a verificação da situação financeira das empresas participantes de Processos Licitatórios, será avaliada pelos seguintes índices econômicos: Liquidez Geral (LG); Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), resultante das fórmulas a seguir.

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

O Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto o participante possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

$$LC = (AC / PC)$$

Por sua vez, o índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto o participante possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.

$$ET = (PC + ELP) / (AT)$$

Já o índice de Endividamento Total (IET) expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Além do mais, envolve os recursos líquidos e também os ativos permanentes.

Sendo:



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

Outrossim, os valores mínimos para estes indicadores normalmente são os exigidos nos autos do processo licitatório, e constituem prática recorrente e assentada do ente municipal em exigi-los. Ademais, estes são justificados em vista do objeto do processo licitatório em apreço, qual seja, a prestação de serviços de saúde, direito este constitucionalmente assegurado e cuja fruição deve ser amplamente garantida pelo poder público em suas três esferas, sendo também conformado pelo princípio da continuidade, ou seja, não podem ter qualquer interrupção em sua prestação.

Sobre a legalidade da exigência de índices contábeis normalmente utilizados pelo ente licitante e cuja exigência mostra-se justificada, entende a jurisprudência:

*É vedada a exigência de índices contábeis não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. A adoção desses índices deve estar devidamente justificada no processo administrativo. (TCU. Acórdão n. 170/2007, Relator Ministro Valmir Campelo, Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2007).*

### 3 - CONCLUSÃO

Portanto, por se tratar de matéria já julgada e parecer já exarado por esse município, nos autos dos processos Concorrência Pública 002/2020 e Pregão Eletrônico 42/2022, nos



## MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

termos da fundamentação, a comissão opina-se pelo indeferimento da impugnação apresentada pela empresa N.M.B. Construção Civil LTDA em face da Concorrência Pública nº 007/2023.

São estas as considerações, submetemos à Autoridade Competente para apreciação e julgamento.

Campo Bom/RS, 25 de agosto de 2023.

Eveline Schulz Heps  
Presidente da CPL

Raquel Nunes Leal  
Membro da CPL

Michele Taís Becker  
Membro da CPL





**Prefeitura Municipal de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil  
Secretaria de Finanças**

**PARECER CONTÁBIL**

**INDICES ECONÔMICOS EXIGIDOS EM LICITAÇÕES**

Os índices econômicos indicados na Lei 8.666/93, notadamente no artigo 31, §§ 1º e 5º, destinam-se exclusivamente à seleção dos licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato.

A exigência dos índices tem sua importância e relevância, se avaliada sob a luz da capacidade econômico-financeira da empresa de suportar, o tempo que será necessário para, caso o processo de licitação se refira a execução de obras, a execução da primeira etapa da obra, a análise e conferência da medição, o envio do documento para os setores de liquidação das faturas, e a posterior liberação do pagamento, seguindo o calendário do município. Ainda, caso o processo se refira a aquisição de serviços, a execução do mesmo, a entrega da documentação para liquidação e a posterior liberação do pagamento. A exigência dos índices neste contexto, é para melhor avaliar a capacidade econômico-financeira da empresa de suportar, um tempo maior de espera do ingresso dos recursos necessários para a execução dos serviços contratados, quer seja por falta de documentos comprobatórios a liberação dos pagamentos ou eventuais atrasos dos mesmos.

A Lei 8.666/93 fixou a regra:

“Art. 31, ...

(...)

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (...)



**Prefeitura Municipal de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**  
**Secretaria de Finanças**

§ 5º A comprovação de **boa situação financeira** da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de **índices contábeis** previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação". (g.n.)

Nota-se que a Habilitação Financeira tem o condão precípua de avaliar se o pretenso contratado tem condições mínima, sob o enfoque financeiro, de garantir a execução do contrato, vale dizer, se ele poderá suportar todos os custos que virão da execução do contrato.

No Município de Campo Bom, a verificação da situação financeira das empresas participantes de Processos Licitatórios, será avaliada pelos seguintes índices econômicos: Liquidez Geral (LG); Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), resultante das fórmulas a seguir.

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

Índice de **Liquidez Geral (ILG)** indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

$$LC = (AC / PC)$$

Índice de **Liquidez Corrente (ILC)** indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.



**Prefeitura Municipal de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**  
**Secretaria de Finanças**

$$ET = (PC + ELP) / (AT)$$

Índice de **Endividamento Total (IET)** expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Sendo:

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

Os valores mínimos para tais indicadores, normalmente são:

LG > ou = 1,00 (um inteiro)

LC > ou = 1,00 (um inteiro)

ET < ou = 0,50 (zero vírgula cinquenta)

Podendo os mesmos serem diferenciados, segundo o objeto a ser contratado. No caso de Instalações elétricas /rede de iluminação pública, os índices exigidos poderão ser:

LG > ou = 2,00 (um inteiro)

LC > ou = 2,00 (um inteiro)

ET < ou = 0,50 (zero vírgula cinquenta)

O Município de Campo Bom, adota a estes três índices para análise da situação financeira da empresa conforme estabelecido pela Lei 8.883, de 1994.





**Prefeitura Municipal de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**  
**Secretaria de Finanças**

Art.31 :

§ 5º A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Isso posto, observando os presentes aspectos formais e legais inerentes ao presente procedimento, opina-se que serão consideradas inabilitadas as empresas que não atenderem as normas relativas a Qualificação Econômico-Financeira prevista no edital.

É o Parecer.

Campo Bom, 06 de maio de 2022.

  
**Ilone Maria Zimmermann**  
C-CRC-RGS nº 053231/0-9  
CPF nº 508.301.040/20  
Contadora





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8A48-AFA6-E2F2-D2A1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCIANO LIBORIO BAPTISTA ORSI (CPF 440.XXX.XXX-25) em 25/08/2023 18:06:51 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/8A48-AFA6-E2F2-D2A1>